



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TURUÇU
GABINETE DO PREFEITO

Mensagem nº. 46/2025.

Excelentíssimos Vereadores:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho através deste, encaminhar em anexo o Projeto de lei que altera a Lei nº 54/1997, a qual institui a Unidade Referencial de Turuçu – URT.

Desta forma, requer-se a análise e votação do referido Projeto de Lei.

Turuçu, 02 de outubro de 2025.

IVAN EDUARDO SCHERDIEN
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TURUÇU
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 46/2025

“Altera a Lei nº 54/1997, a qual institui a
Unidade Referencial de Turuçu – URT”.

Art. 1º Fica revogado o artigo 3º da Lei Municipal nº 54/1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turuçu/RS, 02 de outubro de 2025.

IVAN EDUARDO SCHERDIEN
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE TURUÇU
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Turuçu.

O presente projeto de lei tem como objetivo revogar o artigo 3º da Lei nº 54/1997, a qual instituiu a Unidade Referencial de Turuçu – URT. Atualmente, o referido dispositivo estabelece um rol taxativo para a utilização da URT, restringindo-a exclusivamente à referência para a cobrança de impostos, taxas e contribuições de melhorias.

No entanto, a URT pode ser melhor utilizada como referência em outras situações, de forma a padronizar valores e facilitar a execução orçamentária e financeira do Município.

A revogação do artigo 3º visa conferir flexibilidade à utilização da URT, sem prejuízo de sua finalidade original, garantindo maior eficiência na gestão municipal e permitindo que a Unidade Referencial sirva como parâmetro uniforme para diversas situações administrativas e financeiras.

Ressalta-se que a alteração proposta não cria novos tributos nem aumenta obrigações para o contribuinte, mas apenas amplia a aplicabilidade da URT dentro do Município, preservando sua função de referência e proporcionando maior segurança jurídica à Administração Pública.

Diante do exposto, a revogação do artigo 3º da Lei nº 54/1997 é medida necessária, adequada e benéfica ao interesse público, sendo recomendada a aprovação deste projeto de lei pela Câmara Municipal.

Turuçu, 02 de outubro de 2025.

IVAN EDUARDO SCHERDIEN
Prefeito Municipal